

LUCIANO AMARO

DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

23ª edição
2019

saraiva  jur

ÍNDICE

<i>Alguns estudos do autor</i>	7
<i>Prefácio</i>	21

Capítulo I – CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito financeiro e direito tributário	23
2. Denominação do direito tributário	27
3. Direito tributário como ramo do direito público.....	27
4. Autonomia do direito tributário	28
4.1. Autonomia e especialização	30
4.2. Autonomia, modificação de conceitos de direito privado e interpretação do direito tributário	32
5. Relações do direito tributário com outros ramos do direito.....	33

Capítulo II – CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS

1. Noção de tributo.....	37
2. Conceito de tributo.....	40
2.1. Crítica do conceito legal de tributo.....	41
2.2. Nossa definição de tributo	47
3. Figuras tributárias	49
3.1. Rol de tributos na Constituição	50
3.2. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: o imposto	52
3.3. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: as taxas	53
3.3.1. Taxas de polícia	54
3.3.2. Taxas de serviço	56
3.3.3. Taxa e preço público	63
3.4. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: a contribuição de melhoria	68
3.5. Outras figuras tributárias	71

3.5.1. Pedágio	71
3.5.2. Empréstimo compulsório	73
3.5.3. Contribuições sociais, econômicas e corporativas ...	74
3.5.4. Contribuição para iluminação pública.....	79
4. Classificação das espécies tributárias	79
4.1. Insuficiência do critério legal de especificação dos tributos	79
4.2. O problema da classificação dos empréstimos compulsórios	82
4.3. O problema da classificação das contribuições	85
4.4. Súmula da doutrina sobre classificação dos tributos	87
4.5. Classificações bipartidas e pluripartidas.....	91
4.6. Razão histórica para o rol assistemático das espécies tributárias	92
4.7. Classificação “financeira” e classificação “jurídica” das espécies tributárias.....	97
4.8. Destinação e regime jurídico do tributo	98
4.9. Nossa classificação das espécies tributárias	103
4.9.1. Impostos	103
4.9.2. Taxas.....	105
4.9.3. Contribuições	106
4.9.4. Empréstimos compulsórios	109
5. Outras classificações de tributos.....	110

Capítulo III – A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Discriminação constitucional de rendas	117
2. Classificação da competência tributária.....	119
3. Critérios de partilha da competência tributária.....	120
4. Exercício da competência tributária.....	124
5. Conceitos de outros ramos do direito usados na definição da competência tributária.....	126
5.1. O sentido léxico e a definição da competência tributária ...	127

Capítulo IV – LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

1. As limitações do poder de tributar	129
1.1. Limitações do poder de tributar em normas infraconstitucionais.....	132
2. Princípios e normas de limitação do poder de tributar	134
3. Princípio da legalidade tributária e tipicidade	135
3.1. Reserva de lei formal e exceções.....	140
4. Princípio da irretroatividade da lei tributária	142

4.1. A irretroatividade relativa das leis	142
4.2. A irretroatividade da lei tributária	143
4.3. Irretroatividade e imposto de renda	144
5. Princípio da anterioridade da lei tributária	145
5.1. Anualidade e anterioridade	146
5.2. Conteúdo do princípio da anterioridade	148
5.3. Exceções ao princípio da anterioridade	149
5.4. Anterioridade e imposto de renda.....	153
6. Princípio da isonomia ou igualdade tributária	161
6.1. Princípio da uniformidade	163
7. Princípio da capacidade contributiva	164
7.1. Efetivação do princípio e respeito aos direitos individuais	169
8. Princípio da vedação de tributo confiscatório.....	171
9. Princípio da liberdade de tráfego.....	172
9.1. Liberdade de tráfego e pedágio	173
10. Princípio da transparência dos impostos.....	174
11. Princípios e regras específicos de determinados impostos	175
12. Princípios tributários decorrentes da ordem econômica	176
13. Imunidades tributárias.....	177
13.1. As imunidades na seção das “Limitações do Poder de Tributar”	180
13.2. Outras imunidades no sistema tributário constitucional.....	185
13.3. Outras imunidades fora do sistema tributário constitucional	187
14. Limitações de alíquotas	188
15. Limitações quanto à base de cálculo	190
16. Limitações à concessão de isenções e benefícios	191

Capítulo V – FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	193
2. A Constituição Federal	194
2.1. Emendas constitucionais	194
3. Leis complementares	195
3.1. Origem e características	195
3.2. Funções da lei complementar no direito tributário.....	196
3.3. A eficácia de lei complementar do Código Tributário Nacional.....	198
4. Leis ordinárias e atos equivalentes	200
4.1. Leis ordinárias	200
4.2. Leis delegadas.....	200

4.3. Medidas provisórias.....	201
5. Tratados internacionais	206
5.1. O tratado como lei especial	207
5.2. A questão do primado dos tratados	209
5.3. Tratado e tributo estadual ou municipal	213
6. Atos do Poder Executivo Federal com força de lei material.....	217
7. Atos exclusivos do Poder Legislativo	217
7.1. Resoluções	217
7.2. Decretos legislativos	218
8. Convênios	218
9. Decretos regulamentares	219
10. Normas complementares	220

Capítulo VI – VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Vigência das leis	223
2. Regras gerais.....	224
3. Vigência no espaço	224
3.1. Leis estrangeiras	226
4. Vigência no tempo	227
4.1. Vigência e princípio da anterioridade.....	228
5. Aplicação da lei tributária.....	229
5.1. Aplicação retroativa da lei tributária	230
5.2. As chamadas leis interpretativas	231
5.3. A retroatividade benigna em matéria de infrações	233

Capítulo VII – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA

1. Noção de interpretação e de integração	235
2. Interpretação do direito tributário	237
3. Integração do direito tributário	240
3.1. Analogia	242
3.2. Princípios gerais de direito tributário	243
3.3. Princípios gerais de direito público	244
3.4. Equidade	245
4. Princípios gerais de direito privado	247
5. Conceitos de direito privado utilizados na definição da competência tributária.....	250

6. Interpretação literal	251
7. Interpretação benigna.....	252
8. A interpretação econômica do direito tributário	253
9. Economia legítima de tributo e evasão	259
10. Abuso de forma, abuso de direito, fraude à lei	261
11. A questão dos motivos extrafiscais como critério de “validade” da elisão	264
12. Licitude das formas e simulação.....	265
13. A dissimulação do fato gerador	269
14. A desconsideração da pessoa jurídica.....	272

Capítulo VIII – A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção de obrigação	275
2. Obrigação tributária	277
2.1. Natureza <i>ex lege</i> da obrigação tributária.....	278
2.2. Obrigação principal e obrigação acessória	279
2.2.1. Obrigação principal	279
2.2.2. O sentido da “acessoriedade” da obrigação dita acessória	281
2.3. Obrigação e fato gerador	282
2.4. Obrigação e patrimonialidade.....	283
2.5. Obrigações de adimplemento exigido pela lei e obrigações de adimplemento subordinado a providência do sujeito ativo	283

Capítulo IX – FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção e espécies de fato gerador.....	285
2. Crítica e defesa da expressão “fato gerador”	287
3. Elementos do fato gerador do tributo	293
4. Fatos geradores instantâneos, periódicos e continuados.....	297
5. Momento da ocorrência do fato gerador	301
5.1. Fato gerador e atos sujeitos a condição	303
6. Fato gerador, presunções e ficções.....	303
7. Tributação de atos ilícitos e de atos ineficazes	305
7.1. Interpretação do fato gerador.....	307
8. Efeito do fato gerador	308
9. Incidência, não incidência, imunidade e isenção	309
9.1. Crítica do conceito de isenção como “exclusão do crédito tributário”.....	312

9.2. Regime jurídico da isenção.....	314
9.2.1. Revogação de isenção, incidência e anterioridade ...	315
9.2.2. A revogação de isenção condicional e a prazo certo	317
9.3. Classificação das isenções	319

Capítulo X – SUJEITO ATIVO E PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Sujeito ativo da obrigação tributária	321
1.1. Competência tributária e sujeição ativa	322
1.2. Sucessão do sujeito ativo	324
1.3. Recepção da legislação de ente político desmembrado.....	326
2. Sujeito passivo da obrigação principal e da obrigação acessória	327
3. Contribuinte	329
3.1. Contribuinte e capacidade contributiva	330
3.2. Contribuinte como conceito jurídico-formal	331
3.3. Relação pessoal e direta do contribuinte com o fato gerador	332
4. Responsável	333
4.1. Responsável como “terceiro”	334
5. Sujeito passivo da obrigação principal e sanções pecuniárias	335
6. As técnicas de definição do sujeito passivo responsável	337
7. A responsabilidade tributária no Código Tributário Nacional....	340
7.1. Limites à definição legal de responsabilidade tributária.....	341
7.2. Terceiro responsável e “responsabilidade” do contribuinte	343
7.3. Responsabilidade solidária	343
7.3.1. Efeitos da solidariedade	347
7.4. Responsabilidade por sucessão.....	349
7.5. Responsabilidade de “terceiros”	356
7.6. Responsabilidade “pessoal” de terceiros	357
8. Sujeição passiva e convenções particulares	358
9. Capacidade tributária	360
10. Domicílio tributário	361

Capítulo XI – LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

1. Nascimento da obrigação tributária e lançamento	363
2. Obrigação tributária e “crédito tributário” no Código Tributário Nacional	368
3. Conceito de lançamento.....	372
4. Natureza do lançamento	377

4.1. Lançamento como ato administrativo.....	377
4.2. Lançamento como ato vinculado.....	377
5. Moeda do lançamento.....	378
6. Lei aplicável ao lançamento.....	378
7. Inalterabilidade do lançamento.....	380
8. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento	381
9. Modalidades de lançamento	387
9.1. Lançamento por declaração.....	388
9.2. Lançamento e revisão de ofício	390
9.3. Lançamento por homologação	393
9.4. A necessidade do lançamento.....	399
10. Lançamento e arbitramento	400
11. Efeitos do lançamento.....	401
12. Suspensão, extinção e “exclusão” do crédito tributário.....	403

Capítulo XII – SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Obrigação tributária e exigibilidade.....	405
1.1. Suspensão da exigibilidade.....	406
2. Moratória e parcelamento	409
3. Depósito do crédito tributário	412
4. Reclamações e recursos administrativos.....	413
5. Liminar e tutela antecipada.....	413

Capítulo XIII – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Extinção da obrigação e extinção do crédito tributário	415
2. Extinção da obrigação acessória	417
3. Rol de causas extintivas do “crédito tributário” no Código Tributário Nacional.....	417
4. Pagamento.....	421
5. Consignação em pagamento	424
6. Decadência e prescrição	426
6.1. Os prazos extintivos no Código Civil de 1916	426
6.2. A decadência e a prescrição no Código Civil de 2002	431
6.3. Prazos extintivos no direito tributário.....	431
6.4. Decadência do direito de lançar	436
6.4.1. O prazo decadencial no lançamento por homologação	439
6.5. Prescrição da ação de cobrança	444

6.6. Prescrição e lançamento por homologação	447
6.7. Interrupção da prescrição	447

Capítulo XIV – REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO

1. Pagamento indevido e restituição de indébito	449
2. O direito à restituição do indébito	450
2.1. Desnecessidade de prova do erro no pagamento	451
3. Hipóteses de restituição	452
4. Restituição de tributos indiretos	454
5. Restituição de juros e penalidades	457
6. Prazos extintivos	457
7. Restituição e compensação	460

Capítulo XV – INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Infrações tributárias e sanções	461
2. Sanções criminais e administrativas	462
2.1. As “classificações” do direito penal	465
2.2. “Direito penal tributário” e “direito tributário penal”	466
2.3. Princípios comuns às sanções administrativas e penais	469
2.4. Objetivos comuns das sanções administrativas e penais	469
3. Infrações tributárias no Código Tributário Nacional	470
4. A figura do infrator no Código Tributário Nacional	472
5. Responsabilidade por infrações tributárias e intencionalidade	474
6. Responsabilidade por infrações e dano	476
7. Responsabilidade pessoal do agente	477
7.1. Ilícitos criminais	478
7.2. Infrações de dolo específico	479
7.3. Ilícitos civis contra terceiros	480
8. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações	481
8.1. Espontaneidade e investigação fiscal	482
8.2. Forma da denúncia	483
8.3. Denúncia espontânea e multa de mora	484
9. Anistia	485
9.1. Anistia e isenção	486
9.2. Anistia e remissão	486
9.3. Anistia e obrigações acessórias	487
9.4. Retrospectividade da anistia e isonomia	488
9.5. Anistia fiscal e dolo	488
9.6. Forma e formalidades da anistia	490

10. Crimes tributários	492
10.1. Crime fiscal e prisão por dívida	492
10.2. Histórico dos crimes fiscais	493
10.3. Crimes contra a ordem tributária	495
10.4. Depositário infiel	497
10.5. Pagamento do tributo e exclusão da punibilidade	497
10.6. Denúncia espontânea e exclusão da punibilidade.....	498

Capítulo XVI – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	501
2. Responsabilidade patrimonial pelo crédito tributário	503
3. Presunção de fraude	504
4. Indisponibilidade de bens	506
5. Preferências do crédito tributário.....	507
6. Prova de quitação de tributos.....	509

Capítulo XVII – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Poderes das autoridades fiscais	511
1.1. Acesso a informações de interesse fiscal.....	512
1.2. Procedimento de fiscalização	514
1.3. Prestação de informações e sigilo fiscal	515
1.3.1. Oposição do dever de sigilo ao Fisco	515
1.3.2. Dever de sigilo do Fisco.....	516
2. Dívida ativa	517
3. Certidões negativas	517

<i>Bibliografia</i>	519
---------------------------	-----